

Entre o Marxismo Ortodoxo e a Teoria Crítica: notas sobre a participação de Kark Wittfogel no Instituto de Pesquisa Social sob a direção de Max Horkheimer¹

Vladimir Puzone²
Fábio De Maria³

Resumo: Embora seja correto caracterizar a fase inicial das investigações do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, quando dirigido por Carl Grünberg, como vinculada ao marxismo ortodoxo do início do século XX, os trabalhos liderados por Max Horkheimer não representaram uma ruptura completa com o período anterior. Seria preciso observar em que medida a teoria crítica desse período se constitui de maneira muito mais matizada do que se costuma relatar, e para isso propomos examinar alguns textos de um autor à margem de seus debates nos anos 1930: Karl August Wittfogel. Tal análise permite compreender as ambiguidades da teoria crítica do período.

Palavras-chave: Instituto de Pesquisa Social. Teoria crítica. Karl Wittfogel. Max Horkheimer. Marxismo.

Between orthodox Marxism and critical theory: notes on Karl Wittfogel's participation in the Institute for Social Research under Max Horkheimer's direction

Abstract: Although it is correct to characterize the Institute for Social Research in Frankfurt in its beginnings, under Carl Grünberg's direction, as an orthodox Marxist institution, the works and the research directed by Max Horkheimer do not represent a complete rupture with that earlier period. We should look at how the first critical theory constitutes itself in a much more variegated way. For this reason, we propose to

¹ Recebido em 15/09/2016 e aprovado em 28/11/2016.

² Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/CAPES) no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB). Contato: vfpuzone@gmail.com.

³ Doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Contato: fabiodemarias@yahoo.com.br.

examine some texts of an author on the margins of the debates on critical theory in the 1930's: Karl August Wittfogel. This analysis allows us to understand the ambiguities of critical theory at that time.

Keywords: Institute for Social Research. Critical Theory. Karl Wittfogel. Max Horkheimer. Marxism.

Entre el marxismo ortodoxo y la teoría crítica: notas sobre la participación de Karl Wittfogel en el Instituto de Investigación Social bajo la dirección de Max Horkheimer

Resumen: Aunque es correcto calificar la etapa inicial de las investigaciones del Instituto de Investigación Social de Frankfurt, cuando se encontraba bajo la dirección de Carl Grünberg, como asociada al marxismo ortodoxo de principios del siglo XX, las investigaciones lideradas por Max Horkheimer no representaron una ruptura completa con el periodo anterior. Sería necesario analizar en qué medida la teoría crítica de este periodo se constituye de manera mucho más matizada de lo que se suele relatar, y para ello proponemos examinar algunos textos de un autor que permaneció al margen de sus debates en los años 1930: Karl August Wittfogel. Este análisis permite comprender las ambigüedades de la teoría crítica de este periodo.

Palabras clave: Instituto de Investigación Social. Teoría crítica. Karl Wittfogel. Max Horkheimer. Marxismo.

Introdução: a criação do Instituto de Pesquisa Social e o marxismo como ciência

A teoria crítica está indissolúvelmente ligada à trajetória de seu berço inicial, o Instituto de Pesquisa Social fundado em Frankfurt em 1924, e a passagem da direção do Instituto de Carl Grünberg para Max Horkheimer, em 1930, assinalou uma divisão nas concepções teóricas e metodológicas que guiaram as investigações feitas no âmbito do Instituto, inaugurando aquilo que propriamente viria a ser conhecido como “teoria crítica”. Mas as diferenças entre ambos os diretores devem ser compreendidas não apenas com referência a formas distintas de se encarar a teoria da sociedade, mas também pelo ambiente histórico que configurou cada uma dessas experiências.

As expectativas da teoria marxista presentes nas concepções de Grünberg tomavam como premissa a constituição de uma sociedade socialista como o ponto final de uma teleologia movida pelas recorrentes transformações sociais na passagem para o século XX. A própria fundação do Instituto esteve envolvida pela esperança de uma nova onda revolucionária no início da década de 1920 (BUCKMILLER, 1988, p. 157): “Muitos, cujo número e peso aumenta constantemente, não apenas acreditam, desejam e esperam, mas estão cientificamente convencidos de que a nova ordem que surge será a socialista, que nos encontramos em meio à passagem do capitalismo ao socialismo e que nos dirigimos a ela com rapidez crescente” (GRÜNBERG, 1924, p. 9)⁴. Em contrapartida, a frustração dessas esperanças, por conta do fracasso dos levantes socialistas e operários, especialmente na Alemanha, implicaria na necessidade de uma reconsideração profunda dessa abordagem: uma breve comparação entre os discursos proferidos por ambos os diretores do Instituto de Frankfurt pode ilustrar essa reconsideração.

Ao expor de forma explícita sua “visão de mundo”, Grünberg enfatizava a necessidade de que o método marxista fosse o guia das atividades do Instituto. Se isso também se verificou no momento em que Horkheimer assumiu sua direção, o significado do marxismo enquanto método era radicalmente distinto. Embora rejeitasse a aproximação do marxismo a um sistema filosófico ou à metafísica, crítica também exercida por Horkheimer, as noções de Grünberg se associavam ao positivismo, uma vez que para ele o materialismo deveria observar as contínuas transformações que fazem parte da sociedade, assim como suas leis decorrentes, e o marxismo seria comparável a um sistema científico no qual indivíduo e sociedade fossem tomados como fatos, e não postulados:

Em suma, os acontecimentos sociais reais, a vida social em sua transformação ininterrupta e permanentemente

⁴ A não ser que se indique o contrário, a tradução das fontes estrangeiras foi feita pelos autores do artigo.

renovada é o objeto de sua reflexão, e as causas últimas apreensíveis desse processo de transformação, as leis segundo as quais ele se desenrola, são o objeto de sua pesquisa (GRÜNBERG, 1924, p. 10).

Além da aproximação com traços do positivismo, nota-se em Grünberg a herança da ortodoxia marxista da passagem entre os séculos XIX e XX, especialmente por meio da ênfase na determinação da economia sobre o conjunto da vida social, à maneira de uma relação constante que perpassa toda a história. A identificação entre essas ideias e o marxismo foi parte de um processo ocorrido a partir da expansão do movimento operário e do partido socialdemocrata alemão no último quarto do século XIX, e que configuraria a ortodoxia característica da II Internacional. Sua demanda por uma ideologia que pudesse dar sustentação teórica ao programa político do proletariado, aliada à ampla penetração do pensamento evolucionista no ambiente intelectual europeu, foram os fatores que contribuíram para que o marxismo passasse a se apresentar como um conjunto coeso e unitário de teorias, além de método científico capaz de explicar todos os fenômenos históricos e de prever o futuro do capitalismo⁵. Para o diretor do Instituto nos anos 1920, a investigação das leis de funcionamento do capitalismo deveria tomar como premissa o fato de que o conjunto das manifestações da vida social se apresenta como “reflexo da vida econômica em suas respectivas configurações” (GRÜNBERG, 1924, p. 10), e a concepção materialista da história é descrita como uma “teoria do de-senvolvimento orgânico”. Sem dúvida, não se pode confundir a posição de Grünberg com uma espécie de dogmatismo, já que ele mesmo destaca que, embora sua

⁵ A esse respeito, cf. Andreucci (1982, p. 25-35). Decisiva na constituição dessa perspectiva foi a obra do “último Engels”: ao transformar a dialética num “discurso do método”, passível de ser dissociado de qualquer análise concreta, ele abriu caminho para a constituição do marxismo enquanto um “corpo doutrinário” de princípios válidos para todo e qualquer período histórico. Sobre o marxismo de Grünberg, cf. Wiggershaus (1986, p. 56-61).

visão a respeito do marxismo tivesse suas particularidades, isso não impediria o diálogo com outras perspectivas teóricas⁶. Afinal, Grünberg procurou desvencilhar os fundamentos metodológicos das pesquisas do Instituto de quaisquer posições partidárias, tratando o marxismo tão somente como uma ciência. Mas é justamente esse aspecto que o aproxima de uma visão tipicamente ortodoxa.

O projeto de Horkheimer, expresso no seu discurso de posse em 1931, procurava superar a crise do marxismo observada pelo próprio Grünberg, sobretudo para o caso da Alemanha, onde a divisão entre socialdemocratas e comunistas redundava em sua paralisia teórica⁷, afastando-se da ênfase anterior na história dos movimentos operários e socialistas. Mediada pela psicanálise, uma das tarefas propostas pela teoria crítica nos anos 1930 (e que permaneceria nas décadas seguintes) era a compreensão dos mecanismos que faziam com que os indivíduos aceitassem a ordem social enquanto tal.

A concepção segundo a qual a economia determinaria em última instância o conjunto da vida social foi alvo das objeções de Horkheimer: segundo ele, acreditar que a economia enquanto ser material fosse a única e verdadeira realidade, enquanto a psique dos homens e sua personalidade seriam meras imagens que espelham a economia, “seria um Marx abstrato e por isso mal interpretado” (HORKHEIMER, 1931, p. 130). Foi justamente essa noção que permitiu ao autor tecer o novo programa de pesquisas do Instituto, no qual as determinações da cultura e da subjetividade

⁶ Segundo Ulrike Migdal (1981, p. 81), Grünberg veria com preocupação a esclerose do marxismo no período, dividido entre as II e III Internacionais e transformado em um conjunto de verdades indiscutíveis, o que se expressaria em seu pluralismo.

⁷ Em um dos aforismos de *Dämmerung*, intitulado “A impotência da classe trabalhadora alemã”, Horkheimer descreve e analisa a divisão entre a socialdemocracia e o jovem partido comunista. Tal divisão constituiria um obstáculo à solidariedade de classe. Cf. Horkheimer (1931/1934, p. 374).

exerceriam um papel mediador crucial para a compreensão da aceitação da dominação capitalista⁸.

Contudo, diferentemente de uma ruptura definitiva entre os dois períodos, as pesquisas e trabalhos discutidos devem ser vistos não apenas por suas diferenças marcantes, mas também para algumas continuidades. Exemplo disso foi o projeto de mapear a situação dos trabalhadores, iniciado sob a direção de Grünberg e continuado com Horkheimer.

Há, ainda, um fator peculiar. Já se tornou bastante comum afirmar que os membros do Instituto de Pesquisa Social sob a direção de Horkheimer estariam divididos em dois círculos (HONNETH, 1999, p. 524-536). Enquanto autores como Theodor Adorno, Herbert Marcuse e Friedrich Pollock seriam mais próximos do diretor, compartilhando muitas de suas concepções, outros intelectuais, como Otto Kirchheimer, Franz Neumann e Walter Benjamin, constituiriam um grupo à margem das discussões centrais. Havia também aqueles ligados ao primeiro período da história do Instituto, mais próximos da prática política, sobretudo dos partidos comunistas, do que o restante de seus colegas, mas com um papel ainda mais secundário em relação aos círculos interno e externo. Faziam parte desse grupo, entre outros, Henryk Grossmann, Richard Sorge e Julian Gumperz. Quando observamos seus textos, fica visível a proximidade com a representação de um marxismo enquanto ciência que busca compreender as leis do desenvolvimento capitalista⁹.

Se esses dois últimos grupos não foram decisivos para a estruturação das discussões travadas no interior do Instituto, ainda restaria saber por que permaneceram a ele vinculados e por que seus trabalhos continuaram a ser publicados. Afinal, por que o diretor do Instituto de Pesquisas Sociais a partir de 1930 mantinha esses autores como seus colaboradores se suas concepções teóricas eram

⁸ Como afirma Martin Jay (1971, p. 28), o período de Grünberg termina com a introdução da psicanálise no Instituto.

⁹ Não por acaso, o principal trabalho de Grossmann recebeu o título de *A lei da acumulação e do colapso do sistema capitalista*.

divergentes? Em nossa opinião, isso deve ser entendido a partir das tensões das próprias formulações da teoria crítica, na medida em que alguns traços que marcaram as concepções do Instituto em seus anos iniciais estiveram presentes durante o período da direção de Horkheimer na década de 1930. Essa peculiaridade ajudaria a compreender porque autores fora do “círculo interno” continuavam a participar das pesquisas e debates.

Para um tratamento mais aprofundado do assunto, escolhemos analisar alguns textos de um autor que participou das atividades do Instituto desde os primeiros anos, e que contém algumas ambiguidades ilustrativas dos rumos que a teoria crítica tomava nos anos 1930. Esse autor é Karl August Wittfogel. A escolha pela abordagem de sua obra também se justifica por se tratar de um membro do Instituto pouco conhecido e estudado em comparação com os membros do “círculo interno”, e até mesmo em relação àqueles do “círculo externo”. Analisaremos alguns de seus trabalhos publicados na Revista de Pesquisa Social¹⁰.

Mediação ou determinação em última instância? A explicação dos nexos entre economia, autoridade e estrutura familiar

As preocupações teóricas de Horkheimer tomaram forma particular nos “Estudos sobre Autoridade e Família”. Tendo sido iniciada previamente à nomeação de Horkheimer como diretor do Instituto, a pesquisa assumiu sua forma definitiva sob a

¹⁰ Não iremos, portanto, fazer um panorama da obra de Wittfogel, que tanto atravessa períodos históricos diferentes como se constitui por perspectivas teóricas bastante diferentes, uma vez que no período pós-Segunda Guerra o autor passaria a adotar uma postura antimarxista. Para um sumário das posições do autor, cf. sua entrevista ao jornal *Die Zeit* (RADDATZ, 1979), em que o autor afirma que, embora se afastasse das concepções de Horkheimer, seu trabalho era tolerado no Instituto. Além das diferenças teóricas, registre-se também a ligação explícita do autor com o Partido Comunista Alemão, em contrapartida ao distanciamento em relação às organizações políticas de esquerda alemãs que caracterizariam a direção de Horkheimer.

influência de suas reflexões programáticas. Os *Studien über Autorität und Familie* são um conjunto de ensaios e relatórios de pesquisa, com farta documentação relativa à coleta de dados por meio de questionários, que tinham a finalidade de apresentar as investigações mais recentes do Instituto e indicar o caminho que elas deveriam seguir a partir de então (HORKHEIMER ET ALII, 1936, p. VIII-XII). Sua importância residia não só no conteúdo da pesquisa realizada, mas também por seu vínculo à tarefa que Horkheimer havia anunciado em sua conferência de posse como diretor do Instituto, isto é, estabelecer os vínculos entre as práticas sociais econômicas, as ideologias e o aparelho psíquico dos indivíduos que lhes servem de suportes:

[...] quais conexões é possível apurar – num determinado grupo social, num período determinado, em determinados países – entre o papel desse grupo no processo econômico, a transformação ocorrida na estrutura psíquica dos seus membros singulares e os pensamentos e as instituições que agem sobre esse mesmo grupo, como totalidade menor no todo da sociedade, e que são por sua vez o seu produto? (HORKHEIMER, 1931, p. 131).

Embora o livro constitua a efetivação do programa lançado em 1931, o estudo de Wittfogel sobre os “fundamentos histórico-econômicos do desenvolvimento da autoridade familiar”, contido no mesmo volume, remete o leitor à abordagem do Instituto dos anos 1920. A invocação de Lewis Morgan e Engels como primeiras referências nos estudos sobre o tema e a crítica às tendências anti-evolucionistas que caracterizavam a etnologia da época aproximam o autor das posturas teóricas das quais se afastaram as reflexões e pesquisas mais representativas do Instituto, e que remontam ao marxismo de Grünberg (WITTFOGEL, 1936, p. 473 e 478-479).

A conexão entre processos econômicos e representações de autoridade no âmbito da família é o problema que ocupa o autor num texto composto, por um lado, de uma introdução de caráter formal em que são apresentados alguns dos conceitos importantes

para a explicação do objeto e, por outro, de uma exposição histórica que acompanha a evolução daquela conexão ao longo dos diversos modos de produção. Em cada caso particular, essa relação não se apresentaria de maneira transparente, isto é, baseada na mera coação econômica e na disposição, pelo “chefe da família”, sobre os meios de subsistência e, por isso, Wittfogel destaca como meios do exercício da autoridade aqueles de ordem psíquica e moral empregados pelo pai para influenciar o comportamento de sua mulher e filhos. Contudo, o poder econômico não deixa de ser o fundamento da relação de autoridade: a propriedade, a renda e a contribuição econômica à subsistência da família seriam as razões determinantes do reconhecimento da autoridade no âmbito familiar (WITTFOGEL, 1936, p. 474-478).

Explicar as representações de autoridade no âmbito da família como função do poder econômico relativo – isto é, considerado em vista do estado das forças produtivas e das relações sociais de produção – não parece suficiente. Talvez como um corretivo para esse determinismo unívoco, o autor ressalta que o reconhecimento da autoridade no âmbito da família é passível de influência recebida das representações gerais, isto é, aquelas que se difundem pelas demais famílias ou mesmo, no caso das sociedades capitalistas, pelas diferentes classes sociais, não se restringindo essas representações a uma classe ou instituição particular. Haveria, portanto, no que tange à distribuição de autoridade na família, “relações de ação recíproca complicadas e de diversas espécies entre representações extrafamiliares e intrafamiliares”, e o desafio que se impõe ao analista seria “determinar como essa conexão é mediada concretamente, e de que maneira as representações surgidas da particularidade da unidade [familiar] observada se vinculam às representações gerais dominantes” (WITTFOGEL, 1936, p. 478).

Feita a ressalva, sempre que fatores ideológicos são considerados no decorrer das análises de Wittfogel a explicação é conduzida de maneira a se ressaltar a determinação econômica “em última instância” e, quando a análise não for perturbada por esses fenômenos, o procedimento básico do autor é tentar

fazer as diferenças de distribuição de autoridade na família corresponderem diretamente à divisão do trabalho que, no âmbito de cada modo de produção, é acarretada pelo desenvolvimento das forças produtivas, desprezando-se a possibilidade de a destinação do indivíduo na divisão do trabalho ser determinada por uma relação de autoridade pré-constituída (com a relação de dominação de gênero, por exemplo).

A presença dessa perspectiva em seu raciocínio é respaldada pela ideia de que, em supostos primórdios da história, as relações de poder teriam base biológica ou meramente individual: segundo Wittfogel, teria sido a evolução das forças produtivas o fator responsável por dotar de “caráter social” relações coercitivas que, “nos primórdios da história”, seriam “de natureza predominantemente biológica e individual” (WITTFOGEL, 1936, p. 475)¹¹. Ao abordar o caso da China, Wittfogel reconstrói o fenômeno da distribuição de autoridade na família chinesa por meio de um argumento que, mais elaborado, destaca a retroação que a ideologia exerce sobre a infraestrutura: a vinculação do mandarinato ao confucionismo teria conduzido à difusão de uma filosofia pacifista em que as virtudes da educação e da experiência seriam preferíveis às virtudes guerreiras, reforçando-se, nas famílias camponesas, o culto dos antepassados, o peso da autoridade patriarcal e o valor da obediência aos mais velhos independentemente de sua relevância econômica. Mesmo assim, quando aparecem fenômenos ideológicos que necessariamente conduzem a explicação para além de uma relação de determinação econômica direta, a análise ainda busca um fundamento último de natureza econômica: são as necessidades do cultivo das terras (no caso da China, obras

¹¹ Em artigo dedicado à “teoria da sociedade oriental”, o autor expõe em maior detalhe os princípios de seu ponto de vista: “Da diferenciação no lado das forças produtivas que é relativo à natureza resulta necessariamente, tão logo o homem as ponha concretamente em prática em seu processo de trabalho, uma diferenciação correspondente dos meios de trabalho condicionados socialmente, assim como das formas animais e humanas da força de trabalho” (WITTFOGEL, 1938a, p. 95).

fluviais de grande dimensão) que teriam impelido ao aumento do papel econômico do Estado, de importância central no modo de produção asiático. A explicação consiste, aí, numa espécie de roteiro de causas que se sucedem mecanicamente umas às outras, a “causa econômica” exercendo o papel de primeiro motor.

No que diz respeito à passagem ao modo de produção capitalista, em sua fase manufatureira, o autor explica os “elementos subjetivos do processo de trabalho” demandados pela organização econômica de então (a disciplina, a poupança e a organização) como uma função do autocontrole exigido do empresário capitalista – e transmitido por ele a seus subordinados – em um momento de instauração do novo modo de produção (WITTFOGEL, 1936, p. 515-518). A extrema rigidez com que são tratados os filhos da burguesia ascendente seria reveladora do papel exercido pela família na socialização realizada conforme àquela exigência, isto é, uma socialização que contribuísse para a interiorização, nas crianças, dos valores da disciplina, da poupança e da organização, indispensáveis como elementos subjetivos do processo de trabalho. Por sua vez – e aqui transparece a pouca plausibilidade que com frequência decorre do mecanicismo do raciocínio – a introdução do sistema de fábricas teria redundado em uma suavização das relações de autoridade no âmbito da família, pois a subsunção real no processo de trabalho dispensaria a interiorização da autoridade nas mesmas bases que no período anterior, do capitalismo manufatureiro, quando o trabalhador ainda não havia se tornado “um apêndice da máquina”.

Problemas se apresentam também quando o autor se debruça sobre o capitalismo monopolista contemporâneo ao estudo. No período entreguerras, as crises econômicas e o desemprego ameaçariam a autoridade do pai, na medida em que seu papel de provedor passou a exercido com dificuldades. Ao mesmo tempo, contudo, as novas orientações ideológicas dos estados fascistas europeus favoreciam um modelo tradicional de família, desestimulando o trabalho feminino e reforçando os aspectos patriarcais da organização social ainda que o homem adulto, segundo a própria interpretação de Wittfogel, não pudesse

mobilizar muitos recursos como fonte de autoridade no âmbito familiar. A complexidade desse quadro exigiria que se pusessem em primeiro plano mediações que, necessárias à conformação da autoridade, não são, contudo, redutíveis à infraestrutura econômica¹².

Ressaltadas essas limitações em que incorre o marxismo de Wittfogel, cabe agora precisar o contexto histórico e teórico em que é escrita sua obra, o que permite precisar aspectos de sua reflexão e matizar sua proximidade com a versão dada por Engels ao marxismo, assim como aquela de Grünberg¹³. Se a ideia de uma evolução histórica norteia os escritos de Wittfogel nos anos trinta¹⁴, isso não conduziu o autor a uma concepção de uma sequência

¹² O autor tem o mérito, mesmo assim, de indicar a perda, pela família, do papel de *locus* transmissor da autoridade, e de referir o seu deslocamento para outras instituições (o autor tem em mente as organizações juvenis – poderíamos acrescentar, também, os meios de comunicação). Esse fenômeno, bastante perceptível no período do entreguerras, parece ter sido a origem da mudança de ênfase dos estudos do círculo frankfurtiano, do papel da família para a “indústria cultural”. Cf. Wittfogel (1936, p. 522).

¹³ Evidentemente, as influências que atravessam os trabalhos de Wittfogel não podem ser resumidas exclusivamente ao peso de uma única corrente, já que autores de linhagens distintas como Karl Korsch e Georgi Plekhanov tiveram um papel central tanto na configuração teórica de seus textos quanto em suas escolhas políticas. Do primeiro, com quem Wittfogel já travara contato desde os primórdios do Instituto, na Primeira Semana de Trabalhos Marxistas em 1923, o autor extrai a preocupação em proteger o marxismo de uma relação imediata com a práxis. A resposta de Wittfogel constituiria justamente nas características científicas do positivismo. Essa valorização também seria percebida pela influência exercida por Plekhanov e a constituição de um materialismo geográfico. O autor russo teria motivado uma série de intelectuais alemães no início do século XX a enfatizar a relação entre homem e meio natural, isto é, aquele conseguiria transformar esse por meio de técnicas sob condições dadas. A respeito dessas influências sobre a obra de Wittfogel, cf. Pedrosa (2015).

¹⁴ Cf., além da defesa da teoria evolucionista feita por Wittfogel (1936, p. 473 e 478-79), as críticas feitas pelo autor ao funcionalismo de Malinowsky (WITTFOGEL, 1935, p. 37).

linear entre os modos de produção. Pelo contrário, o impulso teórico a partir do qual se desenvolveu sua obra foi o debate sobre o “modo de produção asiático”, iniciado por marxistas russos nos anos 1920¹⁵. Na medida em que postulava a existência de um modo de produção em que o Estado era o responsável pela exploração do trabalho, a categoria representava um grande desafio teórico e político para os marxistas russos. Embora fosse suposta uma sociedade com classes sociais, o principal meio de produção – o solo – não era objeto de propriedade privada e, sim, pertencia ao Estado, encarnado no déspota e na burocracia ao seu redor. O trabalho era executado não por escravos totalmente despossuídos de qualquer propriedade, como no modo de produção antigo, mas por camponeses que, “presos à terra”, transferiam à classe dominante (constituída pelo monarca e pela burocracia) o excedente da produção agrícola, assim como estavam obrigados à prestação de serviços nas propriedades estatais (WITTFOGEL, 1935, p. 37)¹⁶.

Wittfogel participou do debate com sua pesquisa sobre a história econômica e social chinesa, iniciada com sua tese de doutorado. Nos artigos publicados nos anos 1930 na revista do Instituto, o autor expõe sua tese de que as necessidades de irrigação conduziram, no caso chinês, à formação de um Estado altamente centralizado, e a sociedade chinesa de então não corresponderia a

¹⁵ Cf., sobre a participação de Wittfogel nesse debate, a breve nota de Boris Nicolaevsky (1978).

¹⁶ Dessa maneira, a teoria do modo asiático de produção chocava-se com a política soviética de aceleração do desenvolvimento das forças produtivas sob o comando do estado, e também com a tese do “socialismo num só país”. O debate foi, por isso, sepultado por Stálin no VI Congresso da III Internacional Comunista, de 1928, ocasião em que os países da América Latina e da Ásia foram declarados, de acordo com o caso, “atrasados”, “coloniais” ou “semicoloniais”, devendo superar os resquícios de seu passado feudal e desenvolver suas forças produtivas para estabelecer as bases do modo de produção capitalista, apenas a partir do qual se poderia dar a transição ao socialismo. Para uma apreciação do modo como aparece o conceito na obra de Marx, cf. Palerm (1978, p. 15-65).

um “modo de produção feudal”. Sua lenta desagregação ao longo dos séculos XI a III a. C. conduziu não ao capitalismo, como seria de esperar segundo o modelo oficial de uma evolução histórica linear, mas a um modo de produção “asiático”, ainda que dotado de algumas peculiaridades em relação à descrição que dele fizera Marx¹⁷.

Porém, se Wittfogel se mostra atento à especificidade dessa formação social, ao mesmo tempo é mantida a ideia de uma determinação econômica “em última instância”. Assim, ao investigar a decadência dos militares na burocracia chinesa, ele assegura que “a mutação das formas da camada dominante oriental ocorre [...] segundo princípios de grande importância para a história política dos países orientais. Ela não exprime, contudo, nenhum abalo estrutural do fundamento econômico” (WITTFOGEL, 1938a, p. 109) e, quando o autor se refere ao confucionismo, a transformação dessa em filosofia dominante é remontada às necessidades de um estado que, em última instância, havia se desenvolvido a partir das necessidades de irrigação da agricultura (WITTFOGEL, 1936, p. 504-510).

Assim, por um lado, Wittfogel pretendia, com sua discussão sobre o “modo de produção asiático” na China antiga, contribuir para uma revisão da teoria marxista do Estado e da revolução e para ressaltar as diferenças históricas entre as sociedades ocidentais e as orientais (WITTFOGEL, 1938a, p. 91), o que implicava em questionar a linearidade da concepção oficial de uma evolução histórica válida para todos os casos. Por outro lado, o modelo teórico ao qual o autor se atém para interpretar seja a constituição

¹⁷ A explicação da formação do Estado chinês como uma função das necessidades de irrigação da agricultura é um problema que acompanhou Wittfogel por toda sua trajetória, desde sua tese de doutorado, *Wirtschaft und Gesellschaft Chinas*, publicada em 1931, até *Oriental Despotism*, obra de 1957 em que o autor já se distancia dos pressupostos marxistas que haviam norteado sua produção enquanto membro do Instituto de Pesquisa Social. As ideias da referida tese continuaram a ser desenvolvidas nos anos 1930, em artigos da revista do Instituto.

do Estado nas sociedades do “modo asiático de produção”, sejam os fenômenos relativos à autoridade familiar, ainda é aquele que oferece como eixos da explicação o desenvolvimento das forças produtivas e a relação mecânica entre base e superestrutura, e que, na amplitude das análises de Wittfogel, que recobrem dezoito séculos de história chinesa, necessariamente conduz a simplificações esquemáticas.

O próprio autor, entretanto, ao abordar o problema da autoridade na família chinesa, tanto antiga quanto contemporânea, toma certa distância daquele método que empregara para analisar a evolução histórica da autoridade familiar e as peculiaridades do modo de produção asiático chinês, em seu desenvolvimento secular. Em relatório de pesquisa publicado na edição de 1938 da revista do Instituto, Wittfogel se aproxima da perspectiva que presidiu a pesquisa coletiva sobre “autoridade e família”. Nesse texto, em que ele relata o acúmulo de material bibliográfico sobre a história chinesa e também a realização de inúmeras entrevistas com membros de diversas classes da sociedade chinesa de então, assim como enuncia questões de pesquisa a cuja resposta o material recolhido deveria servir, transparece a necessidade de se explicar o fenômeno da autoridade familiar com raciocínios que se descole da primazia concedida ao desenvolvimento das forças produtivas: “[...] a linha divisória entre a China antiga e a recente não pode ser traçada mecanicamente, com meios geográficos e topográficos. Essa é uma linha social. Circunstâncias geográficas só atuam sobre sua criação de maneira mediada” (WITTFOGEL, 1938b, p. 126).

Além disso, ele afirma que “era preciso um material mais forte e concreto para investigar os controversos problemas de um modo frutífero, que fosse além dos princípios mais gerais” (WITTFOGEL, 1938b, p. 129). A questão a que o autor se refere aí é o papel da burocracia chinesa na estrutura social, se classe dominante de fato ou apenas representante de outra classe, essa sim dominante. Apenas a reconstrução das mediações sociais, políticas e ideológicas, possível por meio do exame minucioso de fontes da história chinesa, propiciaria uma abordagem adequada

de fenômenos das mais diversas ordens (WITTFOGEL, 1938b, p. 129)¹⁸.

Considerações finais

A história das primeiras décadas do século XX mostrou, com os exemplos da Revolução Russa e do desenvolvimento do fascismo nos países europeus, que o socialismo não adviria de uma contradição entre as relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas. Imperiosas se tornaram, então, a recusa daquele evolucionismo economicista e a clareza acerca da necessidade de uma teoria da história que concedesse mais espaço às mediações subjetivas – políticas, ideológicas e psicológicas. No âmbito do Instituto de Pesquisa Social, essa recusa e essa clareza

¹⁸ A pesquisa iniciada por Wittfogel tinha pretensões monumentais e, à semelhança do que fora feito pelo Instituto na Alemanha e em outros países, Wittfogel realizou com sua equipe entrevistas com membros de diversas classes sociais, trabalhadores industriais, camponeses, jovens de famílias ricas etc. (WITTFOGEL, 1938b, p. 124-128). Além dessas entrevistas, a pesquisa também incluiu a aplicação de questionários a 1725 estudantes do ensino fundamental, médio e universitário, e do comentário de Wiggershaus a esse respeito pode-se inferir que o questionário era semelhante ao empregado por Fromm na pesquisa com trabalhadores e funcionários alemães, sobre a qual relata a segunda seção dos *Studien über Autorität und Familie* (Cf. Wiggershaus, 1986, p. 204-205). Segundo afirma o autor (WITTFOGEL, 1938b, p. 130), a pesquisa foi concebida na primavera de 1936, e em fevereiro de 1938 a maior parte do material já havia sido recolhida. Não encontramos, entretanto, mais registros específicos de tal pesquisa nem nas edições das revistas do Instituto, nem dentro a bibliografia de Wittfogel a que tivemos acesso e – a não ser, obviamente, que consideremos suas repercussões nos estudos feitos pelo autor sobre a história chinesa e asiática em geral ao longo de toda sua vida – a pesquisa da qual o relatório dá conta, e que poderia superar as limitações que o modelo explicativo anterior apresentava para o estudo do problema da autoridade familiar, aparentemente não teve prosseguimento, ou pelo menos não se materializou em nenhuma obra substancial.

tomaram corpo, como observamos mais acima, no programa de pesquisas inaugurado por Max Horkheimer em 1931.

Contudo, quando notamos os textos de Horkheimer com mais atenção, podemos constatar que a ideia de uma contradição entre forças produtivas e relações de produção, assim como resquícios da ideia da determinação em última instância, faziam sentir sua presença. Ainda que o autor tenha expressado suas reticências quanto a esses traços da teoria marxista ortodoxa, eles permaneceram de alguma forma em textos como “Autoridade e família”, que procuravam expor as devidas mediações entre a produção, cultura e subjetividade.

Mesmo que a direção e o andamento deste processo sejam determinados em última instância, pelas normalidades do aparelho econômico da sociedade, o modo de agir dos homens, porém, num dado instante, não pode ser explicado somente pelos processos econômicos que ocorram no momento imediatamente anterior. Ao contrário, os diversos grupos sempre agem com base no caráter típico de seus membros, que se formou em conexão tanto com a evolução social anterior quanto com a atual (HORKHEIMER, 1936, p. 180).

Dessa forma, é possível indicar que a presença do caráter autoritário em uma parcela importante dos trabalhadores alemães representou um limite às explicações que a teoria crítica empreendia para compreender a reprodução da totalidade social. Fenômenos como o nazifascismo e o antissemitismo impuseram a necessidade de se reavaliar o esquema teórico que aliava a “determinação em última instância” com a especificidade da subjetividade e da cultura. Assim, não foi por acaso a virada da teoria crítica no final dos anos 1930 e início da década de 1940. Foram justamente aqueles fenômenos que colocaram em xeque a explicação segundo a qual a economia determinaria em última instância o conjunto das relações sociais. Até essa fase das investigações do Instituto de Frankfurt, ainda não estava clara a maneira como as diversas

formas de dominação se articulavam entre si¹⁹. Somente a partir de então é que a herança do período Grünberg seria deixada completamente para trás, marcando também o afastamento de Wittfogel das discussões que redundariam nos ensaios da década de 1940.

Referências

ANDREUCCI, F. A difusão e a vulgarização do marxismo. In: HOBSBAWM, E. J. (org.). **História do Marxismo, vol. 2:** Marxismo na Época da Segunda Internacional (Primeira Parte). Trad. Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 15-73.

BUCKMILLER, M. Die "Marxistische Arbeitswoche" 1923 und die Gründung des "Instituts für Sozialforschung". In: NOERR, G. S.; VAN REIJEN, W. (orgs.). **Grand Hotel Abgrund:** Fotobiographie der Frankfurter Schule. Hamburg: Junius, 1988, p. 141-182.

CLAUSSEN, D. **Grenzen der Aufklärung:** Die gesellschaftliche Genese des modernen Antisemitismus. Frankfurt am Main: Fischer, 2005.

GRÜNBERG, C. Festrede gehalten zur Einweihung des Instituts für Sozialforschung an der Universität Frankfurt a.M. am Juni 1924. In: **Frankfurter Universitätsreden 1924, vol. XX.** Frankfurt am Main: Werner und Winter, 1924, p. 3-16.

HONNETH, A. Teoria crítica. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (orgs.). **Teoria Social Hoje.** Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora Unesp, 1999, p. 503-552.

HORKHEIMER, M. [1931/1934] Dämmerung: Notizen in Deutschland (1931/1934). In: **Gesammelte Schriften, vol. 2:**

¹⁹ Em uma carta a Harold Laski datada em 1941, Horkheimer expressa a ideia de que o antissemitismo não deveria ser compreendido exclusivamente com base na estrutura econômica (*apud* CLAUSSEN, 2005, p. XXIII).

Philosophische Frühschriften 1922-1932. Frankfurt am Main: Fischer, 2012, p. 308-452.

_____. [1931] A presente situação da filosofia social e as tarefas de um instituto de pesquisas sociais. Trad. Carlos Eduardo Jordão Machado e Isabel Loureiro. **Praga**, n. 7, p. 121-132, 1999.

_____. [1936] Autoridade e família. In: **Teoria Crítica I: Uma documentação**. Trad. Hilde Cohn. São Paulo: Perspectiva, 1990, p. 175-236.

HORKHEIMER, M.; FROMM, E.; MARCUSE, H. et alii. [1936] **Studien über Autorität und Familie**: Forschungsberichte aus dem Institut für Sozialforschung. Lüneburg: Dietrich zu Klampen Verlag, 1987.

JAY, M. [1971] **The Dialectical Imagination**: A history of the Frankfurt School and the Institute of Social Research, 1923-1950. Berkley/Los Angeles/Londres: University of California Press, 1996.

MARX, K.; ENGELS, F. [1846]. **A Ideologia Alemã (I – Feuerbach)**. Trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Hucitec, 1984.

MIGDAL, U. **Die Frühgeschichte des Frankfurter Instituts für Sozialforschung**. Frankfurt am Main: Campus, 1981.

NICOLAEVSKY, B. Marx and Lenin on Oriental Despotism. In: ULMEN, G. L. (org.). **Society and History**: Essays in Honor of Karl August Wittfogel. The Hague: Mouton Publishers, 1978, p. 85-89.

PALERM, A. Sobre el modo asiático de producción y la teoría de la sociedad oriental: Marx y Wittfogel – Una aplicación a Mesoamérica. In: ULMEN, G. L. (org.). **Society and History**: Essays in Honor of Karl August Wittfogel. The Hague: Mouton Publishers, 1978, p. 15-84.

PEDROSA, B. V. Karl August Wittfogel: um geógrafo comunista na Escola de Frankfurt. **Terra Brasilis (Nova Série)**, n. 5, 2015. Disponível em: <<http://terrabrasilis.revues.org/1441>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

RADDATZ, F. J. Vom Versagen der Linken: Ein ZEIT-Gespräch mit Karl August Wittfogel. **Die Zeit**, 2 de março de 1979.

WIGGERSHAUS, R. [1986] **A Escola de Frankfurt**: História, desenvolvimento teórico, significação política. Trad. Vera de Azambuja. São Paulo: Difel, 2002.

WITTFOGEL, K. A. The Foundations and Stages of Chinese Economic History. **Zeitschrift für Sozialforschung**, vol. 4, p. 26-60, 1935.

_____. [1936] Wirtschaftsgeschichtliche Grundlagen der Entwicklung der Familienautorität. In: HORKHEIMER, M.; FROMM, E.; MARCUSE, H. et alii. [1936] **Studien über Autorität und Familie**: Forschungsberichte aus dem Institut für Sozialforschung. Lüneburg: Dietrich zu Klampen Verlag, 1987, p. 473-522.

_____. Die Theorie der orientalischen Gesellschaft. **Zeitschrift für Sozialforschung**, vol. 7, p. 90-122, 1938a.

_____. Bericht über eine grössere Untersuchung der sozialökonomischen Struktur Chinas. **Zeitschrift für Sozialforschung**, vol. 7, p. 123-132, 1938b.